

pretextos

Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.

Serviços Partilhados na Administração Pública

Presidência Portuguesa 2007

Um novo impulso à
coordenação das
políticas sociais

**Dia Nacional da
Segurança Social**

Segurança Social Directa

Aceda em

www.seg-social.pt

**A forma mais rápida das Empresas e
dos Cidadãos se relacionarem com a
Segurança Social**

Editorial

Edmundo Martinho

Presidente do Conselho Directivo do
Instituto da Segurança Social, I.P.

A diversidade e abrangência de temas têm sido uma preocupação da Revista Pretextos neste seu novo modelo que representa uma evolução relativamente à orientação de desenvolvimento de temas específicos. Esta opção, julgamos, veio tornar mais ricos os conteúdos da Pretextos procurando ir de encontro aos interesses dos leitores, pois também eles se situam em áreas de intervenção diversificadas.

Este número da Pretextos aborda o tema da Presidência Portuguesa do Conselho Europeu, que decorre entre Junho e Dezembro de 2007 e um outro tema muito actual e de impacto profundo na vida colectiva: a reforma da Administração Pública.

A Presidência Portuguesa assumida neste 2º semestre de 2007 enfrenta como grandes desafios na área da protecção e inclusão social o combate à pobreza e à exclusão, em especial nas suas formas mais severas e limitadoras do acesso a oportunidades; o envelhecimento activo e as diferentes dimensões da sustentabilidade dos modelos de protecção social; os novos e complexos equilíbrios entre trabalho, vida familiar e pessoal e os serviços sociais na promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas e famílias, para a coesão e desenvolvimento social e territorial e para as dinâmicas de criação de emprego. Deixamos também aos leitores informação sobre os eventos que nesta área irão realizar-se até ao final da Presidência Portuguesa.

A Administração Pública (AP) é abordada neste número da Pretextos sob duas perspectivas. De um lado o enfoque é colocado nos serviços partilhados na óptica de uma nova organização e gestão, pautadas pela racionalização da escala e pela rentabilização dos recursos humanos e manuais. Refere-se ainda como exemplo o caso prático da aplicação de um modelo de serviços partilhados na área de Recursos Humanos do ISS,IP, ressaltando a importância das pessoas (colaboradores) para o sucesso de um qualquer processo de mudança.

O outro artigo coloca a centralidade nos comportamentos éticos na AP, fazendo a evolução dos princípios orientadores

da AP portuguesa desde 1974 e reforçando o papel da auditoria interna como o tipo de controlo associado à gestão, que participa na mudança organizacional acrescentando, simultaneamente, valor às organizações, neste caso à AP. O auditor interno constitui-se assim como um agente para a mudança no sentido da modernização administrativa.

No âmbito das notícias importa salientar duas novas medidas.

O Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas criado em 2007 e que tem como objectivos melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas que usufruam de serviços de apoio domiciliário, de forma a prevenir e a evitar a institucionalização". Trata-se de um novo instrumento de intervenção na área dos idosos que aposta na melhoria das condições do edificado e do equipamento das habitações que pode potenciar o prolongamento do tempo de permanência na habitação e a prevenção de acidentes domésticos e de situações de dependência, dos cidadãos idosos.

Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social visam promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de acções em parceria no combate à pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. De salientar a articulação deste novo Programa que abrange todo o território nacional com a Rede Social.

Finalmente importa realçar a abertura da Pretextos à divulgação, também, de medidas e programas desenvolvidos por outras entidades. Neste número destacamos o Programa Aconchego dinamizado pela Fundação Porto Social, um programa de solidariedade entre jovens e cidadãos seniores, que visa promover o alojamento de estudantes do ensino superior, durante um ano lectivo, em domicílios de idosos residentes na cidade do Porto, dando resposta ao problema da solidão que muitos seniores afirmam sentir. □

Ficha Técnica

Propriedade

Instituto da Segurança Social, I.P.

Director

Edmundo Martinho

Coordenação

Ana Paula Martins

Maria João Quedas

Supervisão Técnica

Dina Moura

Vasco Barata

Conselho Editorial

Ana Gomes, Ana Maria Lage, Ana Paula Martins, Conceição Ferraz, Cristina Figueiro, Filipa Carvalho, Filomena Gonçalo, Gabriela Dantas, Isabel Cambão, Joana Valleria, Manuel Brites Moita, Manuel Carvalho, Maria Clara Guterres, Maria Elisa Borges, Maria João Quedas, Maria José Maia, Maria da Luz Claro, Mariana Pereira, Mónica Baptista, Teresa Agostinho, Salomé Ferreira, Sónia Araujo.

Colaboraram nesta edição

Adília Biscaia, Ana Gil, Ana Paula Alves, Ana Sofia Marques, Equipa da Rede Social, Fundação Porto Social, João Mendes, Judite Aguiar, Liliana Monteiro, Mariana Pereira, Núcleo de Apoio Técnico ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, Sofia Pereira, Teresa Montano.

Redacção e Assinatura

Área de Investigação e Conhecimento

Rua Castilho nº 5 • 1250-066 Lisboa

Tel.: 21 318 49 00 • Fax.: 21 318 49 55

E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

Data de Publicação

Março 2007

Periodicidade

Trimestral

Design e paginação

Aba Design, Comunicação e Equipamento, Lda.

Impressão

SOGAPAL

Tiragem

20 000 exemplares

Distribuição

Gratuita

Depósito Legal: 154679/2000

ISSN: 0874-9698

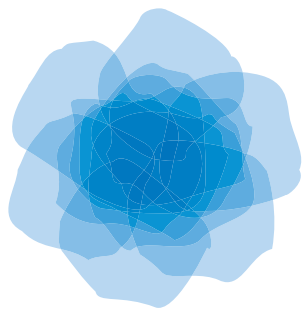
Revista disponível em www.seg-social.pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Sumário

Editorial	1
Presidência Portuguesa 2007	3
Serviços Partilhados na Administração Pública	5
Comportamentos Éticos na Administração Pública	8
Conferência Regional do SVI	10
Comemoração do Dia Nacional da Segurança Social	11
Colóquio sobre "Idade: Causa de Discriminação"	15
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	16
A nova Base de Dados dos Conselhos Locais de Acção Social	19
Notícias	22
Ecos	28
Sites: Trabalho Social/Serviço Social	30
Bibliografias Temáticas	31



P O R T U G A L 2 0 0 7

Gisela M. Matos

Assessoria ao Conselho Directivo do
Instituto da Segurança Social, I.P.
gisela.m.matos@seg-social.p

Presidência Portuguesa 2007

Um novo impulso à coordenação das políticas sociais

Desafios e Prioridades

Durante o segundo semestre de 2007, Portugal assume a Presidência do Conselho de Ministros da União Europeia pela terceira vez, com a forte motivação de contribuir para dar um impulso e uma nova ambição à coordenação de políticas sociais na União Europeia.

Com este desígnio e à luz dos desafios que a Europa hoje enfrenta, a **prioridade e preocupação transversal** da Presidência Portuguesa será promover uma reflexão estratégica e um balanço prospectivo dos primeiros dez anos da Estratégia Europeia do Emprego e do caminho percorrido pelos processos e instrumentos de coordenação na área do emprego e assuntos sociais, assentes no Método Aberto de Coordenação.

Tal exercício será fundamental para promover uma mais eficaz coordenação europeia de políticas sociais, bem como para reforçar a dimensão social e sua visibilidade, na estratégia global da União Europeia. Por seu turno, a recuperação da centralidade das questões sociais contribuirá potencialmente para uma maior identificação dos cidadãos com a Europa e para a redefinição da própria identidade europeia.

Este objectivo global reflecte-se nas várias prioridades temáticas a trabalhar.

Entre elas, o **emprego**, com as suas múltiplas ligações aos domínios da competitividade, da educação e da coesão social. A criação de mais empregos e de empregos de qualidade, em particular em áreas com grande potencial de crescimento, não pode deixar de ser uma preocupação para a União Europeia.

As questões da **flexigurança** serão também abordadas, no quadro dos debates em curso no plano europeu. Estará em discussão a possibilidade de encontrar princípios comuns em torno de uma estratégia norteadora pela articulação entre flexibilidade e segurança, numa perspectiva que terá de ser necessariamente abrangente e de justo equilíbrio entre diferentes pilares e dimensões. Questões como as dimensões internas e externas da flexigurança, a qualificação e aprendizagem ao longo da vida, ou a inclusão dos *outsiders*, por exemplo; ou ainda a importância que neste contexto assume necessariamente o diálogo social, ilustram bem o que está em causa. A questão das condições de trabalho estará igualmente presente em iniciativas específicas durante o semestre.

A Presidência Portuguesa pretende ainda, contribuir para a estruturação de uma agenda consequente e equilibrada nos planos da **protecção e inclusão social**. Para tal, serão tratados temas como:

- O combate à pobreza e à exclusão, em especial nas suas formas mais severas e limitadoras das oportunidades futuras

(por exemplo, entre as crianças e os jovens) e o papel dos mínimos sociais de cada país para esse efeito no contexto da inclusão activa;

- O envelhecimento activo e as diferentes dimensões (financeira, económica e social) da sustentabilidade dos modelos de protecção social, e em particular dos sistemas de pensões;
- Os novos e complexos equilíbrios entre trabalho, vida familiar e pessoal, numa perspectiva de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, nomeadamente valorizando, para além das iniciativas públicas, o papel dos parceiros sociais;
- Os serviços sociais e o seu papel para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas e famílias, para a coesão e desenvolvimento social e territorial e para as dinâmicas de criação de emprego.

De acordo com estas prioridades e temas, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social no âmbito da Presidência Portuguesa, promoverá entre os meses de Julho e Dezembro as seguintes conferências:

Conferências

MERCADOS DE TRABALHO, EMPREGO E FORMAÇÃO

Os Desafios Centrais da Flexigurança
13 e 14 de Setembro, Lisboa

Emprego na Europa: Perspectivas e Prioridades
8 e 9 de Outubro, Lisboa

Fundo Social Europeu: Educar e Formar para o Emprego e para a Coesão
23 Outubro, Lisboa

Fórum Mundial OIT sobre Trabalho Digno para uma Globalização Justa
31 de Outubro, 1 e 2 de Novembro, Lisboa

MUDANÇAS DEMOGRÁFICAS, POLÍTICAS DE FAMÍLIA E COESÃO SOCIAL

1º Fórum dos Serviços Sociais de Interesse Geral
17 de Setembro, Lisboa

6ª Mesa Redonda Europeia sobre Pobreza e Exclusão Social Mínimos Sociais: uma Estratégia para a Protecção e Empowerment
16 e 17 de Outubro, Ponta Delgada (Açores)

Os Caminhos da Sustentabilidade e a Reforma dos Sistemas de Pensões
13 e 14 de Novembro, Lisboa


Conferência de Encerramento do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos
19 e 20 de Novembro, Lisboa

DIÁLOGO SOCIAL E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Melhorar a Qualidade e a Produtividade no Trabalho: a nova Estratégia Comunitária sobre Saúde e Segurança no Trabalho 2007-2012
6 de Novembro, Lisboa

5ª Conferência Conjunta UE/EUA sobre Segurança e Saúde no Trabalho
7, 8 e 9 de Novembro, Cascais

O Diálogo Social na Europa
29 e 30 de Novembro, Lisboa □



Serviços partilhados na Administração Pública

O caso do Instituto da Segurança Social, I.P., na área funcional dos recursos humanos

Judite Aguiar

Departamento de Recursos Humanos
Instituto da Segurança Social, I.P.
judite.r.aguiar@seg-social.pt

E como o tempo não tem, nem pode ter consistência alguma, e todas as coisas desde o seu princípio nasceram juntamente com o tempo, por isso nem ele, nem elas podem parar um momento, mas com perpétuo moto, e revolução insuperável passar, e ir passando sempre.

Padre António Vieira

in Sermão da Primeira Domingo do Advento (1655)

A rota da globalização, enformada pela consagração de novos parâmetros internacionais, emanados das elites estratégicas, designadamente das organizações financeiras, dissemina-se, através do poderoso instrumento das tecnologias de informação, e quase determina uma nova ordem mundial. Nova ordem que compromete a autonomia e o poder tradicional do Estado-Nação, no que respeita à protecção da sua economia e à formulação e implementação de políticas, e lhe desenha o exercício de um novo papel: proporcionar meios e instrumentos conducentes a que a economia se torne competitiva internacionalmente. Simultaneamente, do contexto global emerge um discurso defensor de que as práticas políticas não têm conseguido ultrapassar os obstáculos ao crescimento económico e, perante as pressões das situações-problema por resolver, instala-se uma matriz socioeconómica potenciadora

de sentimentos de descontentamento e de problematização acerca da credibilidade das instituições do Estado do discurso e da tendência da praxis dominantes surge a solução: a reforma do estado como resposta ao processo de globalização e ao impacto do desenvolvimento, em progressão geométrica, das tecnologias de informação. Porquê? Porque se acredita que uma nova plataforma de crescimento económico só se atinge mediante uma ruptura de paradigma na organização e na gestão da Administração Pública (AP). Para tal é necessária uma profunda mutação no modelo burocrático, caracterizado como de alto custo e baixa qualidade, para um novo referencial de gestão dos prestadores de Serviço Público, o que pressupõe que a este esteja associada a racionalidade legislativa, potenciadora do fortalecimento de práticas administrativas transparentes, no que concerne à produção de bens públicos para o interesse colectivo.

Este modelo requer e exige um permanente e atento enfoque, tanto nos resultados como nos meios para os atingir, optimizando os recursos financeiros, humanos e materiais existentes, buscando a eficiência no desempenho, o reforço do binómio justiça/equidade, a responsabilização das instituições e dos seus funcionários. Para o efeito utiliza a reengenharia organizacional, redesenhando, de raiz, processos, circuitos, estruturas, procedimentos e objectivos na AP. Portugal move-se dentro

deste conjunto de tendências dominantes e transversais à plataforma socioeconómica e política dos países de economia aberta e, inserido na União Europeia, assume o objectivo de reestruturação da sua AP.

A materialização de tal desígnio começa, essencialmente, a partir da Resolução de Conselho de Ministros, n.º 124/2005, de 4 de Agosto, que estabelece o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), e prossegue com a Resolução de Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 21 de Abril, que aprova as orientações gerais e especiais para a reestruturação dos ministérios, onde se inclui a fase de execução do PRACE.

Uma questão fulcral impõe-se: Qual a mais-valia de uma gestão via Serviços Partilhados? Começemos pelo exemplo de uma experiência internacional, por vezes evocada e, que ocorreu no Canadá. Os Municípios deste País foram objecto de contínuas restrições orçamentais. Perante esta realidade criaram um projecto de Serviços Partilhados, para as funções comuns às áreas Financeiras (Contabilidade e Tesourarias), Recursos Humanos (Formação e Processamento de Vencimentos) e Sistemas de Informação (Serviços de Manutenção e Suporte). O projecto consistiu em simplificar, estandardizar e centralizar os processos, reduzindo os custos associados. Numa primeira fase, teriam sido diminuídos em 15%, perspectivando-se que a redução atingiria os 40%, após a implementação de um sistema informático integrado.

Outro exemplo internacional de sucesso, referente à implementação de um Centro de Serviços Partilhados (CSP) é o caso aplicado aos serviços prisionais de Inglaterra e País de Gales. Este CSP é responsável pela guarda de 77 000 reclusos em 128 prisões, permitindo uma poupança de 30 milhões de euros por ano, perspectivando-se uma estimativa de redução anual na ordem dos 59 milhões de euros a partir de 2008.

Na actualidade, qualquer grupo económico internacional recorre à criação de CSP e, as grandes empresas portuguesas como a "Portugal Telecom" e a "Sonae Indústria" já obtiveram

poupanças acumuladas, em três anos, respectivamente, 20% e 39% nos custos. No âmbito da AP, a embrionária experiência Portuguesa demonstra que os institutos que concentraram competências nos domínios das Tecnologias de Informação e Comunicação, assim como o caso da Central de Compras, aparecem como bons exemplos de Serviços Partilhados, no que respeita à racionalização da escala e à rentabilização dos recursos humanos e materiais.

O caso do Instituto de Segurança Social, IP - Área de Recursos Humanos

O modelo de Serviços Partilhados preconizado admite a existência de modelos de gestão diferenciados, quando as funções a assegurar possam e devam ser prosseguidas por pessoas colectivas autónomas. Aplica-se tal diferenciação ao Instituto da Segurança Social (ISS, IP), em virtude de não estar sujeito à partilha de processos comuns com outros organismos públicos, mas não pode deixar de ter critérios enformados pela filosofia dos Serviços Partilhados na construção de um "Centro" para a gestão interna de determinados serviços, designadamente os de suporte. A solução materializar-se-á na criação de Estruturas Comuns de partilha interna, necessidade reforçada pelo facto do ISS ser um organismo de grande dimensão, com forte dispersão geográfica. Concentrar-se-ão processos comuns, para terem uma execução operacional especializada, com procedimentos uniformes, mas permitindo a manutenção da descentralização da decisão acerca dos mesmos processos nas áreas de suporte relativas a RH, Gestão Patrimonial, Gestão de Compras e Administração e Gestão Financeira. A Estrutura Comum, no âmbito dos RH, já está contemplada no Plano de Acção de 2007 e terá como elementos caracterizadores da sua identidade: - constituir-se como um suporte racional de apoio à gestão de topo, estrutura de apoio local aos Centros Distritais de Segurança Social, assim como aos outros Departamentos. Os processos a tratar, especializadamente, incidirão nos domínios da gestão administrativa de recursos e suporte às tecnologias de informação; inovação organizacional e de desenvolvimento de competências, de formação e de apoio

social. Na essência, pretende funcionalmente operar como um parceiro estratégico especializado administrativamente, mas também como agente de mudança, na optimização dos recursos associados aos processos e das competências das pessoas que deverão ser potenciadas e optimizadas, também, no aumento da literacia tecnológica, tão necessária ao sucesso dos Serviços Partilhados e da consequente gestão moderna dos organismos públicos. O Departamento de Recursos Humanos do ISS, (DRH), desenvolve actualmente um conjunto de projectos focados na organização, planeamento e controlo, decorrentes das reestruturações em curso na AP, desencadeadas pelo PRACE. Estes projectos são potencialmente instrumentos conducentes a uma maior eficiência no desempenho do ISS, necessários à acção estratégica, designadamente: o Plano de Gestão Previsional de RH Plurianual; o Plano de Formação Plurianual; a Partilha de Informação e Conhecimento entre colaboradores que exercem funções na área funcional de RH, no ISS; a criação de um "Portal" de RH na Intranet do ISS, a criação e implementação integrada de gestão de RH. A acrescer a estes instrumentos, releva o facto de, pela primeira vez e, com início em 2007, ter passado a existir no ISS uma gestão administrativa e financeira dos RH, através de um único sistema informático de processamento de salários e de gestão administrativa de pessoal ("Gesven" único consolidado), como alternativa racional de gestão face aos seis sistemas informáticos, para o mesmo fim, que vigoravam anteriormente. Registo similar é atribuído ao novo controlo de assiduidade, designado por sistema "ponto métrico", que está a ser implementado. Quando a sua amplitude abarcar toda a rede nacional de Serviços do ISS, facilmente se poderá constatar, através deste novo sistema, a redução de milhares de papéis, a automatização de processos repetitivos, o aumento de informação em tempo útil, a economia de tempo e de meios materiais subjacentes à gestão da assiduidade dos colaboradores do ISS.

Considerando a emergência de um novo quadro conceptual e operativo na AP, reforçado pela previsão de mutações significativas nos regimes de pessoal (vinculação, carreiras, remuneração e avaliação de desempenho), pode-se afirmar que 2007 é o ano dos Recursos Humanos. Porquê? Porque o

primeiro impacto da mudança incide sobre as pessoas. Assim, qualquer reengenharia de processos deve, desde o primeiro momento, equacionar a gestão dos colaboradores para a mudança, como sujeito, objecto e fim, no interesse de uma Administração Pública moderna, que reconhece o seu principal factor de sucesso: as pessoas. O início do percurso está a ser trilhado, mas o grau de sucesso desta caminhada estará sempre dependente da utilização permanente do triângulo virtuoso: melhorias constantes nos suportes tecnológicos; motivação dos trabalhadores e a gestão ter capacidade para se constituir como um instrumento de alinhamento de estruturas, processos e pessoas. □





Sónia Araújo

Gabinete de Auditoria Interna - Pólo de Coimbra
Instituto da Segurança Social, I.P.
sonia.m.araujo@seg-social.pt

Comportamentos Éticos na Administração Pública

A Administração Pública (AP) Portuguesa, depois da revolução de Abril de 1974 e até meados da década de oitenta, poucas alterações significativas sofreu no seu funcionamento, no sentido de se modernizar.

Em 1986 regista-se uma viragem na condução política da reforma administrativa que já há muito se impunha. O sistema anglo-saxónico apresentou-se como uma alternativa à gestão pública tradicional, importando práticas e modelos da teoria clássica, tendo como objectivo principal controlar a despesa. Através da nova abordagem profissionalizada da gestão, denominada *new public management*¹, entre 1986

e 1995, Portugal deu início à verdadeira reforma administrativa, mudando estruturas, métodos de trabalho e processos. Estes factores estão associados, inevitavelmente, a um novo conceito de cultura organizacional. Pretendia-se uma AP que fosse orientada para o cidadão, numa clara ruptura com o modelo francês existente até então: legal e formalista. Inicialmente, entre outras medidas, visou-se desburocratizar os serviços e os procedimentos e, numa segunda fase, iniciada em 1992, pretendeu-se melhorar a qualidade dos serviços públicos e obter a confiança nas instituições públicas. Em 1993 é publicado um documento sob a epígrafe as Mil Medidas de Modernização Administrativa e, ainda no mesmo ano, surge a Carta de Qualidade e a Carta Deontológica do Serviço Público (CDSP).

¹ Hood definiu, em 1996, os elementos fundamentais do managerialismo, assente no princípio de gestão sobre a burocracia. No essencial, caracteriza-se pela gestão profissional, não no sentido da gestão dos profissionais, mas na profissionalização da gestão; explicitação das medidas de performance, ênfase nos resultados; fragmentação das grandes unidades administrativas;

competição entre agências; adopção de estilos de gestão empresarial e insistência em fazer mais com menos dinheiro.

Este último documento impunha aos funcionários públicos um acervo de deveres para com os cidadãos, fazendo reequacionar a posição de poder da administração pública com estes. Esta carta, não só serviu para redefinir a imagem que os cidadãos tinham da AP, como também, em paralelo, visou prepará-la para a adopção de uma política de qualidade total.

A CDSP, aprovada pela Resolução n.º 18/93 do Conselho de Ministros, de 17 de Março ²previa algumas regras de conduta como imparcialidade, competência e proporcionalidade; cortesia e informação, sem esquecer a produtividade, o zelo, a dedicação, a lealdade e a informação prestada aos superiores hierárquicos.

Quatro anos volvidos, a Resolução n.º 47/97 do Conselho de Ministros, de 22 de Março revogou expressamente a CDSP. Neste normativo do governo poder ler-se: "(...) em cumprimento do acordo salarial para 1996 e dos compromissos de médio e longo prazo, foi discutida e consensuada com as associações sindicais subscritoras do acordo um texto designado Carta Ética – Dez princípios éticos da Administração Pública. Entende o governo que não deve aprovar o referido documento, mas dele tomar conhecimento como órgão superior da Administração Pública ³; tal facto, porém, não afasta a necessidade de revogar uma anterior resolução do Conselho de Ministros sobre esta matéria, o que constitui o exclusivo objecto da presente resolução".

Em 2007 as organizações públicas, em geral, continuam a reestruturar-se, a reinventar e a sofrer transformações de reengenharia mudando as suas metas e os seus processos com vista a responder mais eficazmente às solicitações dos utentes. A Auditoria Interna (AI), entendida como o tipo de controlo associado à gestão, participa desta mudança organizacional, acrescentando valor às organizações. Nos E.U.A. a AI surgiu há mais de 50 anos. Na Europa, o Reino Unido e, depois, a Alemanha são os países que a praticam há mais tempo. Em Portugal, contudo, a AI é muito recente.

O novo código de ética dos auditores internos, aprovado pelo Conselho de Administração do Institute of Internal Auditors (IIA), em 7 de Junho de 2000 ⁴, pretende reforçar a nova cultura ética na profissão de auditoria interna. Este documento, para além de conter princípios relevantes para

a profissão e prática de auditoria, comporta, igualmente, um conjunto de normas de conduta que ajudam a interpretar aqueles princípios no sentido do comportamento que se espera dos auditores internos: integridade, objectividade, confidencialidade e competência. Os auditores internos como agentes de mudança, podem funcionar como veículos de modernização administrativa.

Também valores como interesse público, justiça, legalidade, imparcialidade, igualdade, proporcionalidade, colaboração, integridade, urbanismo, positivismo e lealdade são de responsabilidade partilhada entre quem audita e quem é auditado. Entendemos, por isso, que apesar de não se encontrar legalmente aprovado um quadro-conduta dos serviços públicos, os AI, no exercício da sua função independente, têm por missão avaliar o sistema de controlo interno das organizações, fornecendo análises, informações, apreciações e recomendações, numa perspectiva de função auxiliar de Direcção e, de igual forma, moralizar o funcionamento das instituições públicas numa dialéctica construtiva e constante com os seus funcionários. A "formação em ética é um instrumento crucial na mudança comportamental das pessoas. O activo mais valioso das organizações ⁵", como explica Joaquim Leite Pinheiro, Director da Revista de Auditoria Interna do Instituto Português de Auditores Internos (IPAI), defendendo, por isso, as vantagens competitivas que as instituições públicas ganhariam se implementassem nos seus modelos de governação esta função. □

Referências bibliográficas:

Rocha, J.A. Oliveira, *Gestão Pública e Modernização Administrativa*, s.ed., Instituto Nacional de Administração, Lisboa, 2000

Fernandes, Raul, *O Novo Enquadramento de Práticas Profissionais de Auditoria Interna*, "Revista do Instituto Português de Auditores Internos", n.º 14, Lisboa, Março de 2003

Pinheiro, Joaquim Leite, *A formação em ética pode ser um instrumento crucial na mudança comportamental das pessoas*, "Revista do Instituto Português de Auditores Internos", n.º 17, Lisboa, Outubro / Dezembro de 2003

2 Publicada no D.R. I – Série B, de 17 de Março, n.º 64

3 Esta Resolução do Conselho de Ministros encontra-se publicada no D.R. I – Série B, de 22 de Março, n.º 69

4 Para mais desenvolvimentos sobre este tema em particular, consulte: <http://www.theiia.org/guidance/standards-and-practices/professional-practices-framework/code-of-ethics/code-of-ethics>.

5 Cit., Joaquim Leite Pinheiro, *A formação em ética pode ser um instrumento crucial na mudança comportamental das pessoas*, "Revista do Instituto Português de Auditores Internos", n.º 17, Lisboa, Outubro / Dezembro de 2003, p.4



O Auditório do CDSS de Santarém foi palco de mais uma conferência regional do Sistema de Verificação de Incapacidades da Segurança Social, promovida pelo Conselho Médico do Instituto de Segurança Social.

Esta acção de formação, sob o tema da peritagem médica em neurologia, teve como prelectora a Dra. Adelaide Palos, Chefe do Serviço de Neurologia do Hospital Distrital de Santarém, acompanhada na moderação de casos clínicos pelo Dr. Artur Goulart, assessor técnico de coordenação do sistema de verificação de incapacidades do CDSS de Santarém.

Na sessão de abertura, a Dra. Luisa Guimarães, vice-presidente do Conselho Directivo do ISS, salientou a importância do evento na formação dos peritos médicos do ISS, para uma actuação com critérios de peritagem uniforme, numa área de actuação tão sensível como a da verificação de incapacidades, e com um papel relevante no âmbito do plano de combate à fraude e evasão contributivas e prestacionais.

Inserido no plano de formação dos peritos médicos, esta acção contou com a presença de dezenas de peritos médicos dos centros distritais de Santarém, Lisboa e Setúbal, bem como de alguns dirigentes do ISS, com responsabilidades na área, e respectivos colaboradores.□



Mariana Pereira
Unidade de Comunicação
Instituto da Segurança Social
mariana.s.pereira@seg-social.pt

Comemoração do Dia Nacional da Segurança Social

A Segurança Social festejou no dia 8 de Maio, mais um dia Nacional. A comemoração teve lugar no Auditório da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa – Pólo de Campolide.

Feitas as honras de abertura, a primeira parte da sessão foi subordinada ao tema 'A Reforma da Segurança Social e o Novo Sistema de Pensões' e a segunda, à entrega de Medalhas de Honra da Segurança Social.

O início da sessão foi presidido por Pedro Marques, Secretário de Estado da Segurança Social e participaram como oradores: Nazaré Cabral, Assessora do Secretário de Estado da Segurança Social, José Barrias, Director do Centro Nacional de Pensões e Manuel Pedro Cruz Baganha, Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, que abordaram questões relacionadas com o tema do encontro.





No decorrer da sessão foram entregues Medalhas de Honra da Segurança Social por Vieira da Silva, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, em conjunto com Pedro Marques, Secretário de Estado da Segurança Social e com Idália Moniz, Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, a individualidades que dedicaram o seu saber, arte e engenho à causa da Segurança Social.

Os homenageados contribuíram de forma exemplar e com dedicação para a melhoria do serviço público do sistema de protecção social, e participaram activamente na melhoria das condições de vida dos cidadãos e do bem estar da população em geral. Os homenageados já falecidos tiveram em sua representação, para a recepção de medalhas, os seus familiares.

Este acto simbólico visou demonstrar o apreço público pela prossecução de actividades que assumem particular relevância no âmbito do sistema de segurança social, bem como reconhecer o valor simbólico das condecorações, pelo estímulo e incentivo de carácter exemplar às camadas mais jovens, revestido de uma particular importância devendo ser conferida solenidade e maior dignidade ao acto de agraciamento e de reconhecimento público.

Os homenageados foram:



António da Silva Leal (1926-1988)

Medalha atribuída a título póstumo tendo presente as raras qualidades de investigador e estudioso, reconhecido a nível nacional e internacional como grande teórico da Segurança Social. Emérito professor em diversos estabelecimentos de ensino superior, publicou diversa bibliografia e numerosos artigos nas áreas do direito do trabalho, da segurança social e da teoria da política social.

Maria Gomes Antunes Bento (1934-2001)

Medalha atribuída a título póstumo atenta a longa carreira em organismos e serviços deste Ministério, nos quais se distinguiu como especialista nas áreas actuarial e do planeamento. Integrou a Comissão do Livro Branco da Segurança Social e foi colaboradora activa do movimento mutualista. Deixou inúmeros trabalhos e artigos publicados nas áreas da sua especialidade.

Sebastião Maria da Nóbrega Pinto Pizarro

Medalha atribuída tendo presente a sua longa carreira de técnico e dirigente da segurança social, distinguindo-se a nível nacional e internacional como estudioso e profundo conhecedor de segurança social comunitária e internacional. Participou no estudo e negociação de muitas das convenções e acordos bilaterais sobre Segurança Social que vinculam Portugal. Desenvolveu larga actividade docente em estabelecimentos de ensino superior e é autor de diversos estudos e publicações na temática das relações internacionais de Segurança Social.

Fernando Moreira Maia

Medalha atribuída tendo presente a longa carreira em serviços e organizações nacionais e internacionais, com desempenho de inúmeros cargos e funções de direcção, ao mais alto nível. Deu valioso contributo ao processo de reforma da segurança social portuguesa, sendo autor de diversas obras e estudos de referência nos domínios da Segurança Social. Desenvolveu larga actividade, que mantém, como docente em instituições de ensino superior.




A sessão de encerramento foi presidida por Vieira da Silva que salientou o importante papel dos Colaboradores, Dirigentes, etc., para uma melhor Segurança Social, Mais Eficaz, Mais Célere e Mais Próxima de todos.□



Sabia que...

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 17/84 considerou o dia 8 de Maio como o Dia Nacional da Segurança Social. Pode ler-se na Resolução que "(...) anualmente se consagre um dia à Segurança Social, por forma a permitir que, a nível nacional, se faça como que um ponto de situação, uma reflexão que possa ser ao mesmo tempo um balanço corajoso do que se fez, de correcto e incorrecto, e das perspectivas de avanço para o bem estar que todos desejam e a que todos têm direito".





Colóquio sobre “Idade: causa de discriminação?”

integrado no Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos

No passado dia 27 de Abril realizou-se em Portalegre um colóquio sob o tema “Idade: causa de discriminação?” integrado no Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, que pretendeu desmistificar a questão da idade, enquanto elemento segregador das capacidades das pessoas em várias esferas, mercado de trabalho, família e na vida social.

O painel “A idade e o Mercado de Trabalho” possibilitou identificar o problema da saída precoce do mercado de trabalho abrangendo todos aqueles com mais de 45 anos, por vezes, com fracas qualificações escolares e profissionais, que são atingidos pelo desemprego de longa duração. O Instituto de Emprego e Formação Profissional, atento a este problema, lançou o Plano de Intervenção Sénior, com o intuito de prolongar no tempo a vida profissional, criar mecanismos de flexibilização da transição entre actividade profissional e a saída definitiva do mercado de trabalho, são alguns dos objectivos, desta política pública que pretende contrariar esta tendência e proteger os trabalhadores mais velhos.

Outra medida, com especial relevo, e que respeita à questão da igualdade e não-discriminação, contemplada no Código do Trabalho (nº 3 do art. 23) é a designada inversão do Ónus da Prova. Significa que é a entidade empregadora que tem o dever de demonstrar que não discriminou o trabalhador, constituindo uma forma de protecção face às rescisões dos contratos de trabalho aos mais jovens ou aos mais velhos.

O painel “O Ciclo de Vida e a Exclusão Social” veio permitir tecer um retrato-tipo dos sem-abrigo, com base em dois estudos: homens, com idade média de 48 anos, escolaridade mínima, desempregados, solteiros com laços familiares frágeis. Estes estudos vieram fazer a ruptura face à imagem do sem-abrigo como um velho mendigo. Hoje os sem-abrigo são concebidos como um fenómeno de exclusão social que assola pessoas cada vez mais jovens, produto da crise económica, do desemprego, das dependências (alcoolismo e toxicodependência) e das alterações das estruturas familiares, múltiplos factores que conduzem, por vezes, a processos de desfiliação social.

O segundo painel “o voluntariado” e o terceiro “solidariedade intergeracional” vieram dar a conhecer exemplos positivos e histórias de sucesso através de inovadoras iniciativas de âmbito empresarial, voluntariado e acções que promovam a não-discriminação e a solidariedade intergeracional.

Contudo, a solução dos problemas, decorrentes do envelhecimento, como o risco do desequilíbrio demográfico, entre jovens e velhos, não se esgota nas fórmulas da solidariedade intergeracional. É fundamental encontrar respostas aos problemas económicos e de cidadania, a partir de quatro prioridades: o acesso aos direitos, a representação mediante a participação dos grupos mais vulneráveis, o reconhecimento e o respeito pela diversidade, necessária a ser incorporada nas práticas institucionais e sociais.□



Contratos Locais de Desenvolvimento Social

Adília Biscaia

Área de Desenvolvimento Social Integrado
Departamento de Protecção Social de Cidadania
Instituto da Segurança Social, I.P.
adilia.m.pires@seg-social.pt

A pobreza e exclusão social são fenómenos indissociáveis das sociedades actuais, assumindo variadas formas e dimensões, nomeadamente: desemprego, baixas qualificações, marginalidade, deficiência, entre outras.

Assim, desde a década de 80 que o Estado Português em parceria com a sociedade civil, tem vindo a desenvolver programas que visam proceder ao combate a situações de pobreza extrema e exclusão social, os quais deixaram no terreno resultados bastante positivos.

Para impulsionar uma maior coesão territorial em todo o país, bem como uma mudança social efectiva nos territórios mais deprimidos, confrontados com graves situações de pobreza e exclusão social, e promover a melhoria da sua qualidade de vida e bem estar, têm vindo a ser criados vários instrumentos de planeamento social. De acordo com as estratégias definidas no PNAI- Plano Nacional de Acção para a Inclusão (2006-2008) e tendo em atenção o papel prioritário que os municípios devem assumir na tomada de decisão e intervenção social nos seus territórios, o Governo, através da Portaria n.º 396/2007, de 02 de Abril, criou os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS).

Os CLDS têm por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de ac-

ções a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos: é de realçar que os instrumentos de planeamento construídos no âmbito da Rede Social com o enfoque dado ao parecer do Conselho Local de Acção Social, tiveram um papel importante na sua génese.

Contemplam um modelo de gestão que prevê o financiamento induzido de projectos seleccionados centralmente, privilegiando territórios com públicos alvo que estão identificados como mais vulneráveis e acções de intervenção obrigatória que respondam a necessidades diagnosticadas.

Este Programa aplica-se a todo o território nacional (incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira), apostando numa concentração de recursos em eixos de intervenção essenciais, a saber:

- Emprego;
- Formação e qualificação;
- Intervenção familiar e parental;
- Capacitação da comunidade e das instituições;
- Informação e acessibilidade.

É ainda pretensão deste Programa apostar fortemente na realização de trabalho comunitário, bem como, na efectiva dinamização das parcerias locais.□

A nova Base de Dados dos Conselhos Locais de Acção Social

Um sistema de Informação integrado numa nova etapa de consolidação das redes sociais

Ana Sofia Marques

Equipa da Rede Social/Área de Desenvolvimento Social Integrado
Departamento de Protecção Social de Cidadania
ana.s.marques@seg-social.pt

Em Maio de 2007, passou a estar disponível on-line, uma nova versão da Base de Dados dos Conselhos Locais de Acção Social (CLAS), que veio enriquecer o sistema de informação da Rede Social, localizado na página da Segurança Social desde 2004 (www.seg-social.pt/redesocial). Este dispositivo é um upgrade de uma aplicação já fornecida aos CLAS, através da qual se procurava disponibilizar um instrumento de registo de respostas, serviços e projectos existentes nos seus territórios de intervenção.

A necessidade de melhorar as possibilidades informáticas daquela primeira base e o interesse de ter um registo integrado a nível do território continental foram as motivações iniciais para a construção desta nova Base de Dados dos CLAS, mas em breve se identificaram outras necessidades de registo e pesquisa em virtude do desenvolvimento e maturação das redes sociais.

Em virtude do processo de implementação, desenvolvimento e consolidação das redes sociais, do crescente reconhecimento do seu papel na identificação de problemas, recursos e de prioridades de intervenção e da sua capacidade de mobilização dos intervenientes locais para a implementação das medidas nacionais bem como para a sua qualificação, pensou-se que seria necessário ir mais longe.

Para além das mudanças produzidas ao nível das dinâmicas de funcionamento das instituições no terreno, das práticas e concepções e dos benefícios efectivos criados para as populações residentes nos concelhos em que foi implantada a Rede Social, foi possível acumular um acervo documental de diagnósticos e de experiências de planeamento para o desenvolvimento social, sem precedentes em Portugal e provavelmente no contexto europeu. Até agora esta informação estava disponível na página da Rede Social através da pesquisa de documentos, mas não era

possível aceder de forma sistemática aos seus conteúdos.

Esta aplicação oferece justamente a possibilidade de efectuar leituras de conjunto, a várias escalas territoriais ou de acordo com critérios mais substantivos. Desta forma, será possível melhorar os processos de planeamento locais, criar sinergias entre concelhos com realidades similares, orientar o trabalho das Plataformas supra-concelhias recém criadas, basear decisões políticas de nível central, reforçar a fundamentação das orientações dos Planos Nacionais, bem como monitorizar a sua articulação com os processos de planeamento de nível local.

Desta forma, mantiveram-se as preocupações iniciais com a criação de sistemas de informação locais que sirvam de suporte ao trabalho de planeamento, mas também que respondam às necessidades dos cidadãos. É agora possível não só pesquisar respostas disponíveis no concelho, aceder a informações relativas à capacidade das instituições, aos contactos, morada, períodos de férias e de admissões, serviços de atendimento e respectivos horários, mas fazê-lo também para outros concelhos. Nesta perspectiva, a Base de Dados dos CLAS procura constituir-se como um dispositivo de promoção do acesso dos cidadãos aos serviços.

Surgem ainda nesta Base, possibilidades de registo e pesquisa de parceiros, aos diversos níveis das estruturas de parceria (CLAS, Núcleos Executivos, CSF/CSIF, Grupos de Trabalho), oferecendo possibilidades contacto facilitado e de conhecimento do universo das instituições envolvidas na Rede Social.

A apresentação desta Base de Dados junto dos concelhos tem vindo a ser feita ao longos dos meses de Abril, Maio e Junho e procura familiarizar os técnicos dos CLAS com o seu preenchimento inicial, que está previsto decorrer até 30 de Setembro de 2007. □

Encontro de trabalho “Clique Solidário”

Maria José Maia

Gabinete Técnico de Apoio para Fundos e Programas Europeus
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.jose.maia@seg-social.pt



Sob a égide do Gabinete Técnico de Apoio para Fundos e Programas Europeus (GTAFPE) realizou-se no passado dia 17 de Abril, nas instalações do Serviço de Atendimento do Centro Distrital de Segurança Social (CDSS) de Santarém, um Encontro de Trabalho entre as equipas técnicas afectas ao Programa Clique Solidário, com o intuito de (re)pensar as práticas de intervenção em função das constrangimentos diagnosticados.

Esta iniciativa de âmbito nacional, contou com a presença de 70 participantes, designadamente: Directores de Unidade do Departamento de Protecção Social e Cidadania, interlocutores distritais do Programa Clique Solidário e elementos da equipa técnica do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento.

A sessão de abertura foi presidida pelo Vogal do Conselho Directivo do ISS, I.P. (Luís Meneses), seguindo-se as intervenções do Gestor do POS_C (Jaime Quesado) e da Directora do CDSS de Santarém (Anabela Rato).

Ao longo do dia foram afluídos os resultados da execução desenvolvida na I Fase do programa que decorreu entre 2004-

2006, partilhadas experiências ilustrativas de boas práticas e por fim foi apresentada uma proposta de procedimentos e circuitos de acompanhamento aos projectos de modo a melhorar a sua eficácia.

Este Encontro constituiu uma excelente oportunidade de debate e reflexão acerca das práticas instituídas e instituintes, tendo subjacente uma matriz interactiva. □





Conferência "Seguridade Cidadã no Terceiro Milénio - reflexão com base no Sistema Único de Assistência" (SUAS)

O Departamento de Protecção Social de Cidadania do ISS, I.P., organizou no passado dia 28 de Maio, uma conferência que decorreu no auditório da Inspeção Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, cujo tema foi: "Seguridade Cidadã no Terceiro Milénio - reflexão com base no Sistema Único de Assistência Social" (SUAS).

Esteve presente como oradora, Aldaiza Sposati, Prof^a. Titular da PUC de São Paulo e Fernanda Rodrigues, Coordenadora Nacional do PNAI, como moderadora.

Aldaiza Sposati, iniciou a sua intervenção apresentando a estrutura orgânica do Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (Brasil) e fazendo uma análise

à política pública de Assistência Social.

Seguidamente, apresentou os conceitos e bases de organização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), mais concretamente, que em Dezembro de 2004 foi exercida uma forte pressão no sentido de ser implementado o sistema SUAS, mas só em Julho de 2005 é que foi aprovado e iniciado o processo de implementação.

Trata-se de uma verdadeira revolução na assistência social brasileira, planeada e executada pelos governos Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, em estreita parceria com a sociedade civil. O SUAS organiza, pela primeira vez, serviços, programas e benefícios destinados a cerca de 50 milhões de brasileiros de todas as faixas etárias.

O novo sistema vem colocar em prática a integração da assistência à Segurança Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Assim, as diversas acções e iniciativas de atendimento à população carente deixam o campo do voluntarismo e passam a operar sob a estrutura de uma política pública de Estado. Isto é, passou-se do mero favor, a um benefício da acção social, esta é agora um direito do cidadão.

O SUAS integra uma política, que prevê uma organização participativa e descentralizada da acção social, com acções voltadas para o fortalecimento da família e baseado em critérios e procedimentos transparentes.

Esta medida trouxe consigo inovações nomeadamente, a classificação dos municípios em três níveis de gestão (Inicial, Básica e Plena), de acordo com a capacidade de gestão que cada cidade tem de executar e co-financiar os serviços da acção social.

No final da apresentação Aldaiza Sposati referiu que antes do SUAS o panorama existente era de uma regulação insuficiente, uma estruturação de serviços sem a devida integração no sistema e a ruptura da segmentação das acções.

No entanto, com o aparecimento do SUAS, verificou-se o fortalecimento da relação entre gestão, financiamento e controle social, houve uma definição do campo de intervenção, um grande enfoque na protecção social como sistema que reorganiza as acções por níveis de complexidade e uma base de actuação territorial com centralização na família.

Esta conferência terminou com um debate em que se verificou uma grande interactividade entre a oradora e os participantes e em que foram colocadas questões de grande interesse e relevância para quem desenvolve funções na área da protecção social.□





Mariana Pereira
Unidade de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
mariana.s.pereira@seg-social.pt

Terceiro Encontro Regional do RSI na Exponor

No passado dia 21 de Maio, decorreu na Exponor, o terceiro Encontro Regional do RSI.

A sessão de abertura contou com a presença de Edmundo Martinho, Presidente da Comissão Nacional do Rendimento Social de Inserção (CNRSI) que na sua intervenção salientou a importância do microcrédito, como instrumento promotor de autonomia e melhoria dos rendimentos dos beneficiários.

Outro aspecto salientado por Edmundo Martinho foi de se apostar num maior acompanhamento das famílias, o que passa por um trabalho de maior proximidade e apoio dos técnicos do RSI, às mesmas. As famílias têm de sentir que têm do lado da Segurança Social um suporte para crescerem.

Este encontro contou também com a participação de Carlos Farinha, Professor do ISEG, que fez uma apresentação sobre o impacto do RSI em Portugal, com Palmira Macedo, da Associação Nacional de Direito ao Crédito que falou do microcrédito como uma oportunidade de inserção e com José





Palmira Macedo



José Ornelas



Carlos Farinha



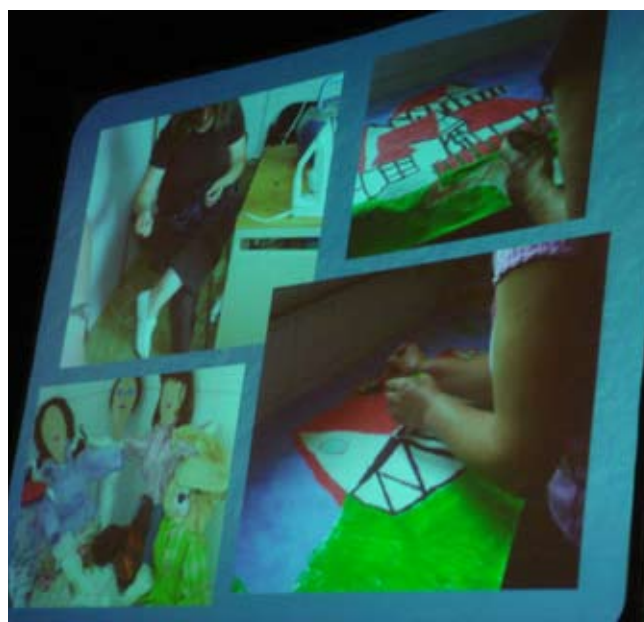
Ornelas, Professor Associado do ISPA que abordou a questão da importância das parcerias comunitárias e mudança social. Neste encontro foram apresentados por Rita Taveira, da CERC de Marco de Canaveses e por Cidália Queiroz, dois exemplos de boas práticas no Distrito do Porto.

No final do encontro interveio ainda Milice Ribeiro Santos, Mestre em Psicologia que referiu que a ciência é um auxiliar importante da intervenção, uma vez que esta é fundamental para entender as causas da pobreza, da inclusão, entre outras.

Outra ideia abordada por esta, foi de que é fundamental que quem trabalha com estas pessoas e famílias tenha a capacidade de desenvolver resistência à frustração, pois por vezes há pessoas com quem é difícil trabalhar. No entanto, há que nunca esquecer que todos têm energias positivas e há que saber pegar nisso.

Este encontro foi encerrado por Pedro Marques, Secretário de Estado da Segurança Social que por sua vez referiu que o RSI não é o pagamento de um valor que tem como contrapartida uma componente de inserção, mas sim, que esta prestação é um esforço de inserção para o qual é necessário uma transferência monetária.

Este referiu ainda que o RSI é uma estratégia de inclusão activa: na dimensão profissional, no esforço de contratualização e no apoio às famílias. □



Centro de Recursos em Conhecimento



Instituto da Segurança Social, I.P. promove Encontros Temáticos no âmbito do AEIOT

O Instituto da Segurança Social, I.P. no âmbito do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, promove, através do seu Centro de Recursos em Conhecimento, um Ciclo de quatro Encontros, sob a designação de Encontros Temáticos ISS, I.P. – CRC – “Igualdade de Oportunidades para Todos: por uma Sociedade Justa”, que têm como objectivo discutir o tema da Igualdade de Oportunidades numa perspectiva pluridisciplinar e proporcionar um espaço de reflexão e debate, tendo em conta uma matriz participativa.

Para a dinamização deste Ciclo de Encontros foram convidados como oradores, individualidades do meio académico que têm desenvolvido trabalho científico no âmbito desta temática.

Ciclo de Encontros

Encontro 1

Igualdade de Oportunidades, Género e Intergeracionalidade

Dia 11 de Outubro de 2007, pelas 16h00

Mestre Elza Pais, (CIDM) e Professor Doutor Fernando Lopes Ribeiro Mendes, (ISEG-UTL)

Encontro 2

Igualdade de Oportunidades, Estratificação e Mobilidade Social

Dia 25 de Outubro de 2007, pelas 16h00

Professor Doutor Manuel Villaverde Cabral, (ICS-UL) e Professor Doutor Luís Capucha, (ISCTE)

Encontro 3

Igualdade de Oportunidades, Deficiência e Dependência

Dia 8 de Novembro de 2007, pelas 16h00

Professor Doutor Carlos Amaral Dias, (FPCE-UC) e Professor Doutor José Henriques Pinheiro Ornelas, (ISPA)

Encontro 4

Igualdade de Oportunidades, Etnicidade e Interculturalidade

Dia 22 de Novembro de 2007, pelas 16h00

Professor Doutor Fernando Luís Machado, (ISCTE) e Professora Doutora Maria Celeste Quintino, (ISCSP-UTL).

Os Encontros terão lugar no Auditório do Instituto da Segurança Social, I.P., sito na rua Castilho, nº5 – r/c, em Lisboa. □

As Plataformas Supra-concelhias da Rede Social



Equipa da Rede Social

Área de Desenvolvimento Social Integrado
Departamento de Protecção Social de Cidadania
Instituto da Segurança Social, I.P.

Após os primeiros anos de implementação do Programa Rede Social e de forma a permitir uma harmonização dos modelos de organização e funcionamento, e dos processos de planeamento, o Decreto-Lei 115/2006, de 14 de Junho veio regulamentar o exercício desta estrutura de parceria alargada, que se pretende cada vez mais activa.

O referido diploma instituiu, no âmbito da Rede Social, a constituição de plataformas territoriais, equivalentes às NUT III, com a finalidade de promover o planeamento concertado supra-concelhio, para a organização dos recursos, das respostas e dos equipamentos sociais, através da articulação dos instrumentos de planeamento locais com as medidas e programas de âmbito nacional.

As plataformas supra-concelhias integram: os representantes dos centros distritais da segurança social das áreas territoriais respectivas; os representantes dos governadores civis respectivos; os dirigentes das entidades e serviços relevantes da Administração Pública das áreas territoriais respectivas; os presidentes dos Conselhos Locais de Acção Social (CLAS) respectivos; os representantes das IPSS, organizações não governamentais

e associações empresariais e sindicais com expressão nacional e com delegações nos territórios respectivos.

A estas plataformas compete debater estratégias para a concretização do PNAI naquele território; garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelas diferentes parcerias de âmbito concelhio, que actuam no plano social; promover reuniões temáticas sectoriais para aprofundar o conhecimento e análise dos problemas sociais do território, tendo em conta a dimensão do género; analisar e promover a resolução ou o encaminhamento para o nível nacional dos problemas que lhe forem apresentados pelos diferentes CLAS da plataforma, concretizando o princípio da subsidiariedade e promover a circulação de informação pertinente pelas entidades que compõem os CLAS da plataforma.

A coordenação das plataformas é da responsabilidade dos Directores dos Centros Distritais de Segurança Social que abrangem o maior número de concelhos que as integrem. Em Abril de 2007 já estão constituídas 26 plataformas supra-concelhias, e algumas delas já se encontram em franco desenvolvimento.□

Aplicação do SIADAP

no Instituto da Segurança Social, I.P.

João Mendes
Departamento de Recursos Humanos do
Instituto da Segurança Social, I.P.
joao.h.mendes@seg-social.pt

Em vigor na Administração Pública Portuguesa desde 2004, o Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) está a ser plenamente aplicado no ISS, I.P., fruto de uma estreita articulação entre os diversos Serviços do ISS, a nível central e distrital, e do esforço conjunto de avaliadores e avaliados.

Dada a complexidade deste novo Sistema e a sua distinção relativamente ao anterior, que obrigou à criação de novas figuras e à adopção de novos procedimentos/práticas, foram sentidas sérias dificuldades na sua aplicação em 2004, as quais foram sendo paulatinamente ultrapassadas a partir de 2005, através da criação de normativos internos e da adopção de rotinas.

Do total de trabalhadores em funções no ISS, foram avaliados, através da modalidade ordinária, 75% em 2005, e 77% em 2006. Tanto em 2005 como em 2006, o restante efectivo foi avaliado através de outras modalidades, ou não foi avaliado, fruto de circunstâncias impeditivas, nomeadamente o incumprimento do período mínimo obrigatório de contacto funcional e a aposentação, entre outras. Em 2007, prevê-se a

avaliação ordinária de cerca de 90% do total de trabalhadores em funções no ISS.

Os resultados obtidos, satisfatórios mas ainda aquém dos ideais, resultam de uma maior consciencialização, tanto por parte de avaliadores como de avaliados, da necessidade de aplicar correctamente este novo Sistema e de interiorizar os motivos que lhe estão subjacentes, nomeadamente a gestão por objectivos, a avaliação em função do mérito e o desenvolvimento de competências individuais.

Na sequência do projecto desenvolvido no ano 2006, resultante de uma parceria entre o ISS e o INA, está a ser utilizada uma nova metodologia de aplicação do SIADAP no ISS, através da qual se prevê obter melhores resultados já em 2007. De acordo com o plano de actividades interno do Departamento de Recursos Humanos (DRH) para 2007, este ano serão desenvolvidos novos instrumentos/ferramentas de gestão do SIADAP, será apresentado um regulamento específico e um manual de procedimentos, será reforçada a aposta na formação profissional, e serão concebidos e regularmente actualizados conteúdos através de suportes electrónicos. □

Programa Aconchego



O Programa Aconchego é um projecto que vem sendo implementado desde 2005, resultado de uma parceria entre a Câmara Municipal do Porto através da Fundação Porto Social e a Federação Académica do Porto (FAP). É um programa de solidariedade entre jovens e cidadãos seniores, que visa, por um lado promover o alojamento de estudantes do ensino superior, durante um ano lectivo, em domicílios de idosos residentes na cidade do Porto, dando resposta ao problema da solidão que muitos seniores afirmam sentir e por outro, atrair os estudantes para a dinamização da cidade do Porto, proporcionando-lhes alojamento a título gracioso.

Podem candidatar-se estudantes do ensino superior que não residam no Porto e adultos com mais de 60 anos, que vivam só ou com o cônjuge e que possuam condições na sua residência para o acolhimento de um estudante.

A adesão ao programa fica condicionado à avaliação prévia dos candidatos por uma equipa técnica da Fundação Porto Social e da FAP – Social.

O regulamento interno elaborado entre as entidades promotoras salvaguarda a privacidade, os deveres e direitos do estudante e do idoso.

A adesão ao Programa pode ser efectuada durante todo o ano lectivo. □

Para mais informações:

FAP - Federação Académica do Porto

Telefone: 22 607 63 70

www.fap.pt / E-Mail: geral@fap.pt

FPS – Fundação Porto Social

Telefone: 22 206 17 00/20

www.bonjoia.org / E-Mail: aconchego@bonjoia.org

Assinatura da Revista Pretextos

Caro Leitor,

Se pretende ser assinante da Revista
Pretextos envie-nos o seu pedido para:

Redacção da Revista Pretextos

Rua Castilho nº 5- R/C

1250-066 Lisboa

Fax: 21 318 49 55

E-mail: m.joao.quedas@seg-social.pt,

e passará a recebê-la gratuitamente, na
morada que nos indicar, já a partir do
próximo número!

Boas leituras!

Revista disponível para download em
www.seg-social.pt

ECOS

Reuniões de Trabalho/Formação Inter equipas

Decorreram nos passados dias 9 de Março e 10 de Abril duas reuniões de trabalho/formação entre as equipas da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNP-CJR) e do Programa da Rede Social envolvendo um total de 22 técnicos.

Esta metodologia de trabalho intra instituto e inter equipas pretende, por um lado, e em termos gerais informar e formar mais aprofundadamente novos elementos que integrem as respectivas equipas relativamente aos Programas existentes; por outro lado, pretende-se que a nível local o acompanhamento quer aos Conselhos Locais de Acção Social (CLAS), quer às Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) por parte das equipas centrais seja mais articulado, integrado e eficaz tendo em conta as competências e especificidades das parcerias envolvidas. Por último, e não menos importante, pretende-se contribuir para capacitar os técnicos envolvidos de modo a melhorarem e rentabilizarem o trabalho entre os vários parceiros locais tendo em vista a promoção da qualidade e eficácia dos serviços prestados aos respectivos destinatários.

Teresa Montano

Equipa Técnica de Apoio à
Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco

Seminários Regionais e Encontro Nacional de Voluntariado da Cruz Vermelha Portuguesa

A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) levou a efeito durante o mês de Abril 3 Seminários Regionais sob o tema “O Voluntariado na CVP – desafios da mudança”.

O primeiro, da zona sul, decorreu no dia 14 de Abril em Lisboa nas instalações do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, o segundo, da zona centro, teve lugar no dia 21 de Abril na Figueira da Foz e o terceiro, da zona norte, realizou-se em Fafe no dia 28 de Abril.

Os Seminários, em que participaram todas as Delegações e Núcleos, contaram com a colaboração das estruturas das Delegações de Lisboa, Figueira da Foz e Braga/Fafe e visaram uma reflexão para a dinamização do Voluntariado na CVP.

Teve igualmente lugar no Porto, no dia 8 de Maio, Dia In-

ternacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, o Encontro Nacional de Voluntariado da CVP.

Este Encontro, teve como grande objectivo promover a unidade, dinamizar e modernizar o Voluntariado da CVP, divulgar as boas práticas e apresentar as conclusões dos 3 seminários regionais, definindo orientações e metas para 2007/2008.

O Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado esteve representado na mesa de abertura do Encontro Nacional de Voluntariado da CVP.

Núcleo de Apoio Técnico

ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado
CNVP@seg-social.pt

Começaram os Encontros do PNAI de 2007

Nos dias 3, 4, 16 e 17 de Maio realizaram-se em Beja, Faro, Braga e Leira, respectivamente, os encontros do PNAI.

Estas sessões foram abertas por Fernanda Rodrigues, Coordenadora Nacional do PNAI e pelo Director do Centro Distrital de Segurança Social em que decorreu cada um dos encontros.

Em cada sessão foi apresentado o “Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008: Estratégia e Ponto de Situação” e foram convidados alguns representantes de instituições ou organismos, como: a APPACDM, O Núcleo de Voluntariado de Mértola, a Associação Capela, a ASMAL, a Associação Contos do Baú, a Opus Gay, a FENACERCI e a Associação Mulheres Séc. XXI, para falarem sobre “Igualdade e Diversidade – Por uma Sociedade mais Justa”.

Coube à equipa técnica de apoio à coordenação do PNAI, fazer a apresentação do “Sistema de Monitorização e Avaliação do PNAI 2006-2008”.

Nestas sessões houve lugar para debates sobre as temáticas e ideias apresentadas pelos oradores e algumas das pessoas da assistência colocaram várias questões, cujas respostas permitiram enriquecer ainda mais o trabalho desenvolvido em cada um destes dias.

Mariana Pereira

Unidade de Comunicação
Instituto da Segurança Social, I.P.
mariana.s.pereira@seg-social.pt

Centro de Recursos em Conhecimento do ISS, IP., divulga publicações

Na linha das Sessões de Apresentação/divulgação realizadas no ano passado o CRC do ISS, I.P. promoveu, no seu Auditório, três Sessões de Divulgação de Publicações que tiveram como objectivos: divulgar as ideias defendidas nas publicações e destacar os contributos científicos por elas aduzidos; proporcionar um espaço de debate entre os autores e os participantes.

As referidas Sessões contaram com a presença dos autores das publicações e decorreram de acordo com a seguinte calendarização:



11 de Março de 2007

Gestão dos Recursos Humanos para o Século XXI, de Mário Ceitel, Edições Sílabo, Lisboa, 2006.



11 de Abril de 2007

Manual Merck : Geriatria, Editor Thomas V. Jones, MD, MPH, Edições Oceano, Lisboa, 2006

7 de Maio de 2007

Responsabilidade Social das Empresas, Igualdade e Conciliação Trabalho-Família: Experiências do Prémio Igualdade é Qualidade, CITE, Lisboa, 2006

Liliana Monteiro
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
liliana.p.monteiro@seg-social.pt

1º Aniversário da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

No passado dia 24 de Maio de 2007, comemorou-se o 1º Aniversário da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI ou Rede), no Teatro Tivoli, em Lisboa.

Este evento procurou reunir os diferentes actores implicados na etapa de criação e início de implantação da RNCCI num acto lúdico-institucional para celebrar a criação da RNCCI, bem como reforçar o sentido de pertinência deste novo nível de cuidados no conjunto de agentes implicados e agradecer a sua parceria no processo.

Do programa fizeram parte a exibição de um filme comemorativo, uma sessão cultural, uma apresentação dos resultados da fase de experiência piloto da Rede, por parte da Coordenadora da Unidade de Missão para os Cuidados Continuados Integrados, bem como as participações da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, Carmen Pignatelli, do Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Manuel Lemos, do Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, Lino Maia, representado por Nuno Rodrigues, do Ministro do Trabalho e Solidariedade Social, Vieira da Silva, e do Ministro da Saúde, António Correia de Campos.

Sofia Pereira

Área das Políticas para as Famílias e Promoção de Autonomia
Departamento de Protecção Social de Cidadania
Instituto da Segurança Social, I.P.
sofia.b.pereira@seg-social.pt

Correio do leitor

"Gostaria de felicitar a equipa de colaboradores e técnicos que contribuem para a qualidade da informação prestada, bem como o contributo essencial para que técnicos de várias áreas de intervenção se possam manter actualizados/ despertos para as actuais e novas realidades.

Assim, como técnica superior de serviço social, a desempenhar funções fora da área de actuação da Segurança Social, mas com a necessidade profissional de colaboração quase diária, tenho todo o interesse em me manter actualizada e a PRETEXTOS contribui para que tal se concretize."

Helena Gaspar
Técnica de Serviço Social

Envie os seus testemunhos para a Redacção da Revista:

Rua Castilho, nº 5- R/C
1250-066 Lisboa

Fax: 21 318 49 55

E-mail: m.joao.quedas@seg-social.pt

Sites

Trabalho Social / Serviço Social

Alexandra César
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt



CPIHT - Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (Portugal)
<http://www.cpihts.com/>



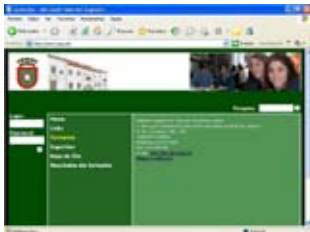
IASSW-AIETS - International Association of Schools of Social Work (Sede: Etiópia)
<http://www.iassw-aiets.org/>



Associação de Profissionais de Serviço Social (Portugal)
<http://www.apss.web.pt/>



IFSW - International Federation of Social Workers (Sede: Suíça)
<http://www.ifsw.org/home>



Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (Portugal)
<http://www.issp.pt/>



BASW - British Association of Social Workers (Reino Unido)
<http://www.basw.co.uk>



Instituto Superior de Serviço Social do Porto (Portugal)
<http://www.issp-sp.pt/>



LE SOCIAL - Portail du Social et du Médico-Social en France (França)
<http://www.lesocial.fr/>



Instituto Superior de Serviço Social de Beja (Portugal)
<http://www.issb.edu.pt/>



INTRESS - Institut de Treball Social i Serveis Socials (Espanha)
<http://www.intress.org>

Bibliografia Temática

Voluntariado

Alexandra César
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

ALMEIDA, Idália - «Educar para o desenvolvimento, para o voluntariado e para as competências sociais». *Pretextos*. - Lisboa : Instituto da Segurança Social, I.P. - ISSN 0874-9698. - N.º 21 (Mar. 2006), p. 26.

ARAÚJO, Tânia - «Rede de Voluntariado da Covilhã apoia famílias do Concelho». *Pretextos*. - Lisboa : Instituto da Segurança Social, I.P. - ISSN 0874-9698. - N.º 22 (Jun. 2006), p. 23.

BORGES, Maria Elisa ; DANTAS, Gabriela - «Bancos Locais de Voluntariado : encontro de vontades». *Pretextos*. - Lisboa : Instituto da Segurança Social, I.P. - ISSN 0874-9698. - N.º 21 (Mar. 2006), p. 23-24.

CATARINO, Acácio F. - «Voluntariado : uma leitura da experiência». *Sociedade e trabalho*. - Lisboa : Departamento de Estudos Estatística e Planeamento. - ISSN 0873-8858. - N.º 19/20 (Jan./Ago. 2003), p. 7-15.

CATARINO, Acácio F. - «Rede Social : voluntariado em rede». *Pretextos*. - Lisboa : Instituto da Segurança Social, I.P. - ISSN 0874-9698. - N.º 21 (Mar. 2006), p. 11-12.

COSTA, Maria Cristina - *A dinâmica das Organizações não Governamentais de Solidariedade Social do Concelho de Braga*. Porto : Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, 2005. 89 p. ; 27 cm. (Redacção ; 4). Bibliografia : p. 79-82.

DIONÍSIO, Cecília - «Voluntariado e família : hoje». *Pretextos*. - Lisboa : Instituto de Solidariedade e Segurança Social. - ISSN 0874-9698. - N.º 15 (Mar. 2004), p. 24.

FARRAJOTA, Maria Odete - «Mais voluntariado, menos solidão». *Cidade solidária*. - Lisboa : Santa Casa da Misericórdia. - ISSN 0874-2952. - Ano 8, n.º 13 (Jan. 2005), p. 79-81. Bibliografia : p. 81.

FARRAJOTA, Maria Odete - «Mais voluntariado, menos solidão : Projecto Coração Amarelo». *Pretextos*. - Lisboa : Instituto da Segurança Social, I.P. - ISSN 0874-9698. - N.º

17 (Dez. 2004), p. 22-23.

FRIEDBERGER, Sonia - «L'état du bénévolat en France». *Le Journal de l'Action Sociale*. - Paris. - ISSN 1268-4368. - n.º 86 (Avril 2004), p.10-11.

GODINHO, Isabel - «Mais voluntariado, Menos Solidão». *Cidade Solidária*. - Lisboa : Santa Casa da Misericórdia. - ISSN 0874-2952. - Ano 10, n.º 17 (Jan. 2007), p. 112-115.

MARTÍN, Ignácio ; PAÚL, Constança ; GONÇALVES, Daniela - «Voluntários em hospitais». *Cidade solidária*. - Lisboa : Santa Casa da Misericórdia. - ISSN 0874-2952. - Ano 9, n.º 16 (Jul. 2006), p. 90-93. Bibliografia : p. 93.

MARUJO, António - «Voluntariado : a espinha dorsal do Banco Alimentar». *Cidade solidária*. - Lisboa : Santa Casa da Misericórdia. - ISSN 0874-2952. - Ano 8, n.º 14 (Jul. 2005), p. 60-65.

MENEZES, Alexandra - «Acções de formação para formadores em voluntariado». *Pretextos*. - Lisboa : Instituto da Segurança Social, I.P. - ISSN 0874-9698. - N.º 21 (Mar. 2006), p. 24.

Metodologia para a implementação de redes de voluntariado : uma experiência do Projecto Con Vidas. Covilhã : Beira Serra, 2005. 50 p. : il. ; 30 cm. Bibliografia : p. 31.

ONU. Voluntários das Nações Unidas - Volunteers and the millennium development goals. . Bonn : United Nations, cop. 2003. 20 p. : il. ; 21 cm.

PINTO, Vítor Feitor - «Voluntariado social : um desafio no mundo contemporâneo». *Sociedade e trabalho*. - Lisboa : Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento. - ISSN 0873-8858. - N.º 19/20 (Jan./Ago. 2003), p. 121-135. Bibliografia : p. 135.

PIRES, Lucília da Fonseca - «Voluntariado e cidadania pela Educação». *Pretextos*. - Lisboa : Instituto da Segurança So-

Bibliografia Temática

cial, I.P. - ISSN 0874-9698. - N.º 19 (Out. 2005), p. 20-21.
Bibliografia : p. 21.

PORTUGAL. Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado - Formação em voluntariado : manual do formador. Lisboa : Instituto da Segurança Social, I.P. 2005. 132, [6] p. ; 31 cm. Publicação em folhas móveis.

PORTUGAL. Instituto de Solidariedade e Segurança Social - Guia para a criação de bancos locais de voluntariado : versão preliminar. Lisboa : ISSS, 2004. 25, [36] p. ; 30 cm.

RODRÍGUEZ CABRERO, Gregorio - «Situación actual y perspectivas de desarrollo de las organizaciones voluntarias de acción social en el Estado de Bienestar». Documentación social : revista de estudios sociales y de sociología aplicada. - Madrid : Cáritas Española. - ISSN 0417-8106. - N.º 132 (Jan./Mar. 2004), p. 203-230. Bibliografía : p. 228-230.

SANTOS, Clarisse - «Voluntariado : uma opção de cidadania». Cidade solidária. - Lisboa : Santa Casa da Misericórdia. - ISSN 0874-2952. - Ano 9, n.º 15 (Jan. 2006), p. 102-103.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão. Direction Générale du Marché Intérieur - Étudier, se former, faire de la recherche, participer à une activité de jeunesse ou de volontariat dans un autre pays de l'Union Européenne : europe direct. Luxemburg : Office des publications officielles des Communautés européennes, 2003. 22 p. ; 21 cm. (Dialogue avec les citoyens et les entreprises).

VIEGAS, José Manuel Leite - «Implicações democráticas das associações voluntárias : o caso português numa perspectiva comparativa europeia». Sociologia : problemas e práticas. - Lisboa : Celta. - ISSN 0873-6529. - N.º 46 (Set. 2004), p. 33-50. Bibliografia : p. 47-49.

«Voluntary sector : why charities are having to sharpen their HR strategies». People Management. - London. - ISSN 1358-6297. - Vol. 9, n.º 9 (May 2003), p. 24-27.

ZURDO ALAGUERO, Ángel - «Mercado de trabajo y voluntariado». Sociología del Trabajo. - Madrid. - ISSN 0210-8364. - N.º 52 (Otoño 2004), p. 69-94.



Protecção no Desemprego

Novo regime em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2007

Decreto-Lei nº 220/2006, de 3 de Novembro

Mais apoio na procura de emprego
Mais rapidez e comodidade
Mais rigor e justiça

Trate do seu processo num só local, o Centro de Emprego da sua área de residência

Informe-se

Nos serviços de atendimento da Segurança Social,
nos Centros de Emprego ou
consulte os seguintes endereços da INTERNET:

www.seg-social.pt
www.iefp.pt





SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.